

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1021140 - RS  
(2016/0308157-7)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : MARIA ELISA GRAEFF**  
**AGRAVANTE : SILVANA GRAEFF**  
**AGRAVANTE : ZELY ANNONI GRAEFF**  
**ADVOGADOS : JOSÉ LUIZ BORGES GERMANO DA SILVA -**  
**RS007574**  
**PIETRO MIORIM - RS070897**  
**AGRAVADO : HONORIO PEREIRA SEVERO ADVOGADOS S/S**  
**AGRAVADO : HONÓRIO PEREIRA SEVERO**  
**AGRAVADO : VILSON ALMEIDA MEDEIROS**  
**REPR. POR : MARIA HELENA BITENCOURT - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS : ADROALDO FURTADO FABRICIO E OUTRO(S) -**  
**RS044992**  
**EDMAR LUIZ DE OLIVEIRA FABRÍCIO - RS053187**

### **EMENTA**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO INEXISTENTE. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. MANDATO. NOVAÇÃO. PODERES ESPECIAIS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STF. RECURSO IMPROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não há que falar em negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal gaúcho, uma vez que a tese referente a demonstração do excesso de execução foi analisada de forma clara e fundamentada.

3. A ausência de impugnação aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido quanto a extensão dos poderes outorgados no mandato atrai a incidência da Súmula nº 283 do STF.

4. Agravo interno improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

# *Superior Tribunal de Justiça*

unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator